

Apresentação Painel LIPS

Sociedade Civil, Mulheres, e Construção da Paz em Cabo Delgado

As condições de vulnerabilidade e o papel das mulheres no conflito em Cabo Delgado não tem sido objeto de profunda reflexão (OMR, 2021a). Existem alguns programas de apoio e legislações alinhados com as normas de proteção de direitos humanos de mulheres e raparigas, conforme o disposto na Resolução 1325 das Nações Unidas sobre ‘Mulheres, Paz e Segurança’, mas é de destacar profundas lacunas de informação sobre a instrumentalização das mulheres como agentes de violência e de construção da paz no contexto do conflito em Cabo Delgado. As mulheres não constituem um grupo homogêneo - em situações de conflito, apesar de serem geralmente consideradas como vítimas e tratadas como agentes passivos, mulheres assumem também papéis de agressores, colaboradores e agentes da paz que são muitas vezes ignorados. Neste contexto que implica uma pluralidade de atores, parece essencial estudar os diversos papéis das mulheres no conflito através de três dimensões de análise.

Em primeiro lugar, as mulheres assumem uma posição fundamental nas dinâmicas e estratégias de violência entre os grupos em confronto. De acordo com a Presidente da organização de mulheres Ophenta, as mulheres sofrem pela morte dos seus parceiros ou pela integração destes nas zonas de conflito, mas também porque os seus corpos são usados como arma de guerra. Existem casos em que as mulheres são obrigadas elas próprias a tirar a vida dos seus parceiros ou de membros das suas famílias (O. Loforte, comunicação pessoal, 11 maio de 2022). A violência exercida contra as mulheres integra várias formas, incluindo violência e tráfico sexual, agressões físicas, insegurança alimentar, destruição e roubo de património, etc. (OMR, 2021a). Segundo a representante da Associação para a Proteção da Mulher e Rapariga de Cabo Delgado (PROMURA), a violência baseada no género ainda constitui um tabu porque a questão do patriarcado está muito incorporada em Moçambique. Em Cabo Delgado, onde a maioria da população é muçulmana, as questões de tradição, de submissão da mulher e práticas culturais são centrais.

As mulheres deslocadas devido ao conflito encontram-se em condições de vida de extrema dificuldade e muitas vezes por questões culturais não têm informação sobre os seus direitos (J. Wachave, comunicação pessoal, 13 maio de 2022). As zonas de acolhimento costumam transformar-se em setores concentrados de humilhação e desumanização, onde as mulheres são vítimas de violências sexuais. As mulheres e crianças que necessitam de apoio humanitário e psicossocial constituem 75% dos deslocados (CDD, 2021). Os programas de ajuda aos deslocados nos centros de acolhimento liderados por organizações da sociedade civil necessitam de um maior apoio das autoridades e de mais coordenação institucional entre os diversos atores envolvidos na assistência das vítimas (CDD, 2021). Em paralelo, apesar de existir um número crescente de denúncias de violência que sensibiliza a consciência pública sobre esta realidade, o acesso a informação sobre a crise humanitária na região é manifestamente insuficiente.

A segunda dimensão integra a colaboração de mulheres com organizações rebeldes de várias formas, incluindo o acolhimento de rebeldes, casamento voluntário com machababos, o recrutamento de outras mulheres, a confeção de alimentos para os rebeldes, entre outros. As mulheres recrutadas são geralmente familiares de membros de grupos terroristas e constituem

CALLEJA Lucie

agentes sociais para o recrutamento de novos membros (OMR, 2021a). A adesão de mulheres aos grupos terroristas pode ser motivada por razões de sobrevivência, oportunidades económicas, vingança ou convicção na ideologia (OMR, 2021a). Neste sentido, a radicalização da sociedade também passa por processos de radicalização direcionados especificamente a mulheres. Esse aspeto reforça a necessidade de definir estratégias com vista à prevenção e combate à radicalização e ao recrutamento de mulheres no conflito em Cabo Delgado.

Um terceiro aspeto do conflito inclui o papel das mulheres como agentes de prevenção da violência e de construção da paz. Apesar de ser um assunto pouco documentado, é fundamental salientar que as mulheres têm a resiliência e capacidade para combater o extremismo violento de várias formas, incluindo através da educação e advocacia. As mulheres necessitam de maior aprendizagem e conhecimento qualificado sobre questões de radicalização, para promover o conhecimento e cumprir um papel educativo fundamental nas suas comunidades. Muitas vezes, as mulheres conseguem identificar os primeiros sinais e estratégias de radicalização dentro das suas comunidades (OMR, 2021a).

As mulheres constituem agentes fundamentais na criação de laços estáveis entre as comunidades, na denúncia de casos às autoridades policiais locais e no fomento de maior segurança. Ao nível local, a organização PROMURA tem coordenado várias iniciativas de sensibilização para que as mulheres tenham conhecimento dos seus direitos (J. Wachave, comunicação pessoal, 13 maio de 2022). Neste sentido, a prestação de serviços pode passar por políticas de descentralização favorecendo o envolvimento dos cidadãos e atores da sociedade civil, e através da alocação de recursos às autoridades locais (Sany, 2021).

Contudo, apesar do papel muito relevante dos atores locais na construção da paz, o espaço cívico encontra-se restringindo pela situação de insegurança na região (GPPAC, 2021). Casos de abusos de direitos humanos, incluindo violência contra ativistas e agentes da sociedade civil são cada vez mais reportados, especialmente na zona norte do país (Pereira & Forquilha, 2020). Existe uma falta de canais de comunicação entre as comunidades locais e as instituições do Estado. Por fim, a ameaça terrorista representa um perigo para a paz e segurança no país que afeta diretamente a integridade das mulheres. As mulheres e outros grupos marginalizados têm necessidades, interesses, e prioridades que devem ser garantidos e promovidos. Neste contexto, o envolvimento da sociedade civil - e grupos de mulheres especificamente - na gestão da crise e no processo de paz constitui uma condição fundamental para a prevenção e combate ao extremismo violento, conforme os princípios da Resolução 1325 sobre 'Mulheres, Paz e Segurança' das nações unidas.